

Recomendação da Escola Secundária Alves Martins

A União Europeia, criada em 1951 (CECA) no tratado de Paris com o intuito de reconstruir a Europa devastada pela 2ª guerra mundial através da unificação do mercado do carvão e do aço, veio a ganhar grande importância ao longo da segunda metade do século XX, tornando-se na maior integração económica preconizada por diferentes Estados. A iniciativa de 6 países e de homens visionários, como Jean Monnet ou Robert Schuman, é agora uma integração económica de 27 países e de quase 500 milhões de pessoas. Com o novo século, surgiram também novas oportunidades, mas, acima de tudo, novos desafios que a Europa terá de ultrapassar unida, e com esperança no sucesso do “velho continente”. Para vencer estes desafios, a U.E. deverá proceder à criação de um sistema educativo forte e uniformizado, com escolas especializadas numa só área de estudos (de forma a beneficiarem de economias de escala) e onde esteja presente um departamento de orientação profissional, de forma a dar uma melhor resposta às necessidades do mercado de trabalho, tendo as escolas como centros de socialização. Na nossa opinião, a melhor resposta que podemos dar à falta de competitividade de alguns sectores da economia é a formação da mão-de-obra e a adequação dessa formação ao que é realmente necessário, investindo, essencialmente, numa qualificação profissional, mais vocacionada para o ingresso no mercado de trabalho.

Falando agora noutro ponto de igual relevância, a imigração, esta será um dos principais desafios da U.E. no futuro. Nos últimos anos temos assistido à entrada de milhões de pessoas, provenientes das ex-colónias, do norte de África, da América Latina e da Europa de Leste que, apesar de contribuírem para o equilíbrio demográfico do “velho continente”, são essencialmente indivíduos com baixa formação (à excepção dos cidadãos do Leste Europeu). Por este motivo devem existir uma espécie de Cartões Azuis que funcionarão como uma autorização de residência e de trabalho no país de acolhimento e terão a duração de dois anos, podendo ser renovados. Os detentores do “cartão azul” podem deslocar-se para um segundo Estado-Membro da UE mediante determinadas condições, nomeadamente residirem legalmente no primeiro país há mais de dois anos. É um modelo semelhante ao “cartão verde” dos EUA e, tal como neste país, pretende atrair mão-

de-obra qualificada. De acordo com os dados estatísticos disponíveis, 85% da mão-de-obra não qualificada emigra para a UE e apenas 5% para os EUA. Por outro lado, 55% da mão-de-obra qualificada emigra para os EUA e apenas 5% para a União Europeia, o que mostra o saldo pejorativo europeu em claro contraste com os benefícios americanos decorrentes da recepção da mão-de-obra qualificada.

Por fim, de modo a continuar a cooperação económica entre os vários estados-membros, os países mais ricos devem continuar o seu investimento (indirecto), pelo meio de subsídios, nos seus parceiros mais pobres, de forma a colmatar possíveis assimetrias regionais. Ainda com vista estas assimetrias, deverá ser levada a cabo, por parte dos estados, a construção de infra-estruturas nas zonas menos habitadas de forma a evitar a acumulação de grandes massas populacionais nas zonas que por si só já são demasiado habitadas e de forma a revitalizar a economia dessas regiões. Na nossa opinião, o colmatar destas assimetrias, uniformizando os vários indicadores económicos e demográficos da União, deve ter em vista uma integração política através da criação dos Estados Unidos da Europa.

As medidas:

- 1● Criação de um sistema educativo forte e uniformizado, com escolas especializadas numa só área de estudos e onde esteja presente um departamento de orientação profissional;
- 2● Concessão de “Cartões Azuis” de forma a controlar a imigração;
- 3● Continuação da ajuda financeira entre os estados-membros, tendo em vista a uniformização económica e demográfica e a posterior integração política.

Os deputados:

- Hugo de Pádua
- José Coimbra